



## 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios  
da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

---

**Eixo: Desenvolvimento econômico e social**

### **Governos pós-neoliberais e os limites do neodesenvolvimentismo no Brasil**

**Andréa Ferreira Lima da Silva<sup>1</sup>**

#### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo caracterizar os governos denominados pós-neoliberais no Brasil. Com o objetivo resgatar os antecedentes dos governos pós-neoliberais e elucidar o panorama político-econômico atual para as políticas sociais, o trabalho estrutura-se em três partes. I) Neoliberalismo e Pós-Neoliberalismo; II) Neodesenvolvimentismo e Governos pós-neoliberais e III) Limites do Neodesenvolvimentismo no Brasil. A partir da análise político-econômica e social e da revisão da bibliografia sugere que os avanços importantes alcançados pela frente neodesenvolvimentista no Brasil encontram dias desfavoráveis e que o ano de 2015 irá impor limites para sua sobrevivência.

**Palavras-chave:** Governos pós-neoliberais. Neodesenvolvimentismo. Políticas sociais.

#### **Abstract**

This paper aims to characterize the post-neoliberal governments in Brazil called. In order to rescue the history of post-neoliberal governments and elucidate the current political and economic outlook for social policies, the work is divided into three parts. I) Neoliberalism and Post-Neoliberalism; II) neo-development is mand post-neoliberal government sand III) neo-developmentism the limits in Brazil. From the political-economic and social analysis and review of the literature suggests that the substantial progress made ahead neodesenvolvimentista in Brazil are unfavorable days and that the year 2015 will impose limits for survival.

**Keywords:** Post-neoliberal governments. Neo-developmentism. Social policies

## **1INTRODUÇÃO**

Um tema vem pautando exaustivamente os meios de comunicações nos primeiros dias do ano de 2015 no Brasil. Trata-se dos ajustes fiscais “provisórios” em gastos não prioritários anunciados pela equipe econômica do segundo mandato do governo Dilma. Após uma reeleição difícil o governo anunciou – como vinha fazendo

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA)

nos anos anteriores – ,quando a lei orçamentária não estava aprovada ainda, a redução do orçamento em um doze avos por mês para os ministérios, mas para o ano de 2015 o governo anunciou a redução de R\$ 1,9 bilhão mensal, sendo que em valores anuais, serão R\$ 22,7 bilhões (BRASIL, 2015). Para além dos cortes nos ministérios, foram editadas medidas provisórias dificultando as regras para a concessão de benefícios como pensões por morte e seguro-desemprego.

“Ajustes nunca são um fim em si mesmos. São medidas necessárias para a recuperação do crescimento da economia, que por sua vez é condição indispensável para continuar nosso projeto de desenvolvimento econômico” (BARBOSA, 2015). Com as palavras do recém-empossado ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Brasil iniciou o ano de 2015. A justificativa é a necessidade de alcançar a meta de economizar neste ano cerca de R\$ 66,3 bilhões para o abatimento da dívida pública, sendo – R\$ 55,3 bilhões na esfera federal e o restante nos Estados e municípios. Considerando que desde o ano 1999 o Brasil vem sendo constrangido a cumprir as “metas superávits primários”, cerca de 2% a 4% do PIB para pagamento da dívida pública (contraída na década de 1970), entende-se que o discurso do representante do governo é coerente com os modelos de “desenvolvimento” que o país adota desde a década de 1990. Vale ressaltar que essas medidas, consideradas de austeridade econômica buscam um claro objetivo a curto e médio prazo. Resgatar a confiança de investimentos do capital estrangeiro (FÓRUM BRASIL DO ORÇAMENTO, 2004).

Neste artigo adota-se a denominação governos pós-neoliberais para identificar os governos do presidente Lula e Dilma, pois se trabalha com a hipótese de Alves (2013), que nos últimos dez anos esses governos vem executando programas de crescimento da economia com aumento do gasto público e redistribuição de renda. É nesse sentido que eles podem ser considerados governos pós-neoliberais distinguindo-se, por exemplo, dos governos neoliberais da década de 1990. “Desprezar a particularidade da nova conformação política neodesenvolvimentista, reduzindo-a, no plano de governo, ao neoliberalismo, como faz a extrema esquerda, é não apreender as nuances da luta de classes e os tons de cinza da dominação burguesa no Brasil” (ALVES, 2013).

## 2 NEOLIBERALISMO E PÓS-NEOLIBERALISMO

Ao se propor caracterizar os governos pós-neoliberais no Brasil torna-se necessário, em primeiro lugar, conhecer os que os antecederam. O Neoliberalismo se apresentou ao mundo e ao Brasil de formas diferentes, segundo a literatura especializada nasce depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, no seio do capitalismo. Na análise de Anderson (2005) foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista<sup>2</sup> e de bem-estar.

Mas para um melhor estudo do Neoliberalismo no Brasil, concorda-se com Filgueiras (2006) sobre a necessidade de diferenciar, conceitualmente, neoliberalismo, projeto neoliberal e modelo econômico neoliberal periférico.

O primeiro diz respeito à doutrina político-econômica mais geral, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros - a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo (Anderson, 1995). O segundo, se refere à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes trabalhadoras. Por fim, o modelo econômico neoliberal periférico é resultado da forma como o projeto neoliberal se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo. Em suma, o neoliberalismo é uma doutrina geral, mas o projeto neoliberal e o modelo econômico a ele associado, são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores (FILGUEIRAS, 2006, p. 179).

Sobre a origem da doutrina político-econômica mais geral, Anderson (2005) é esclarecedor ao descrever o desenvolvimento da Sociedade de MontPèlerin e seu objetivo principal. Combater o Keynesianismo e preparar as bases para outro tipo de capitalismo. Apesar da experiência de um capitalismo que se encontrava em um período

---

<sup>2</sup> Estado Intervencionista: O Estado baseado nas propostas de Keynes apoiou-se em um novo compromisso de combinação entre o capital e o trabalho, que daria condições de se chegar a um consenso político. Esse compromisso, conforme Leal (1990), seria dual, no sentido de haver um duplo objetivo, o pleno emprego e a igualdade, em uma sociedade em que a propriedade dos instrumentos de produção pertence a uma seleta classe social, a capitalista. De qualquer forma, a igualdade seria possível com a participação efetiva do Estado na economia, através de serviços sociais que permitiriam o bem-estar geral. Assim, o capitalismo nos moldes keynesianos do pós-guerra, que haveria de ser chamado de Welfare State, viu-se realizado (e livremente adaptado) nas experiências ocidentais de social-democracia.

de forte crescimento entre as décadas de 1950 e 1960. Sob a justificativa de que o Estado de bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a prejudicava a concorrência, Hayek e a Sociedade MontPélerin defendiam as ideias da doutrina político-econômica do Neoliberalismo mesmo diante do sucesso do modelo econômico do pós-guerra.

A partir da década de 1970, nos países de capitalismo central que adotaram o Keynesianismo vivenciou-se a crise do modelo econômico proveniente de “[...] uma longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 1995, p. 24). Com as explicações para a crise ensaiadas mesmo no auge do Estado intervencionista, o grupo de economistas que idealizaram Neoliberalismo se apressa em propagar que a causa da crise eram os sindicatos e o movimento operário, pois estes pressionavam o Estado para que os custos com os gastos sociais fossem cada vez mais elevados. O grupo de economistas não só apontou a causa, mas também a solução para a crise.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995).

A partir de experiências frustradas de recuperação da crise baseadas ainda no Keynesianismo, os países do capitalismo central começaram a se abrir – de formas diferentes – para as ideias da doutrina Neoliberal. No final da década de 1970, como efeito dominó, primeiro a Inglaterra e o governo Thatcher, Estados Unidos da América, Alemanha, Dinamarca e demais países da Europa Ocidental. “Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.” (ANDERSON, 1995). Mas sabe-se que o Neoliberalismo também foi adotado posteriormente, em diferentes períodos, em outras regiões do globo como o Leste Europeu e América Latina. No continente latino-americano destacam-se os projetos neoliberais de Pinochet no Chile (1973), Bolívia (1985), Argentina (1989), Peru (1990) e Brasil (1990).

Sobre o projeto neoliberal adotado no Brasil, adota-se a concepção de Filgueiras (2006):

Embora tivesse como referência a experiência de outros países da América Latina, e mesmo dos Governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Regan, nos EUA, além das recomendações de instituições multilaterais como o FMI, o projeto neoliberal no Brasil foi constituindo e consolidando o seu programa político – como não poderia deixar de ser – no próprio processo de sua implementação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classes. Portanto, a concepção aqui adotada é de que não havia um projeto neoliberal prévio, acabado, e que foi implantado. Na verdade, a idéia é de que o projeto neoliberal só se definiu claramente de forma ex-post, isto é, como resultado da luta de classes. É isto que explica, em grande medida – ao lado das características próprias da formação econômico-social anterior -, a existência de especificidades e diferenças nos projetos neoliberais implementados nos distintos países da América Latina, em que pese terem eles a mesma concepção doutrinária e o mesmo programa político mais geral (FILGUEIRAS, 2006, p. 180).

Para este autor, diante da unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal no Brasil a partir da década de 1980, o ideário neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político.

Neste sentido, vivencia-se no Brasil a implementação de um novo patamar de exigências do Capital com a eleição de Fernando Collor, em 1989, para a Presidência da República. O Presidente eleito propôs uma reformulação profunda da administração por meio de ajuste neoliberais que implicaram na diminuição dos gastos sociais.

Os ajustes neoliberais adotados pelo governo de Collor faziam parte do plano de estabilização para combater a inflação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, impondo a desregulamentação da economia por meio da diminuição da intervenção do Estado na regulação de preços e na relação capital/trabalho, retirada do Estado do setor produtivo (privatizações) e redução do setor público.

A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, reconfigurou o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros (FILGUEIRAS, 2006, p. 183).

Para Filgueiras (2006) o processo de implantação e evolução do projeto neoliberal no Brasil, passou por, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta, (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula).

No entanto, essa posição nem de longe é consenso entre os autores que analisam os governos brasileiros. Para Sader (2013), os governos de Lula e posteriormente de Dilma Rousseff são considerados como governos pós-neoliberais, por demonstrarem elementos de rompimento com o modelo neoliberal de Collor, Itamar e Fernando Henrique.

O autor ressalta que os governos de Lula e Dilma possuem mais elementos em comum com outros governos da América Latina, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chavez - e agora Nicolás Maduro, na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador.

No livro *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*, organizado por Emir Sader e contribuição de autores como Marcio Pochmann, Marilena Chauí, Jorge Mattoso, Pablo Gentili, etc. Esses governos representam uma reação antineoliberal no marco das grandes recessões que abalaram o continente, nas últimas décadas do século passado. Para Sader (2013), os traços que esses governos têm em comum, que permite agrupá-los na mesma categoria, são: a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado.

Chauí (2013), em um artigo intitulado *Nova Classe Trabalhadora*, resgata dados de relatórios institucionais da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência para mostrar que a política pública dos governos Lula e Dilma estão forjando uma nova classe trabalhadora.

[...] houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, a política econômica de garantia do emprego e elevação do salário-mínimo, a recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia), a articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita as populações do campo não recorrer a migração forçada em direção aos centros urbanos (CHAUI, 2013, p. 128).

Pochmann (2013) realiza uma análise a partir de dados sobre renda e pobreza no Brasil. A partir da leitura dos dados socioeconômicos o autor constata que o movimento de recuperação na participação do rendimento do trabalho na renda nacional significa melhora na situação de vida dos trabalhadores. “Noutras palavras, ha uma ampliação na taxa de ocupação em relação ao total da força de trabalho(isto e, uma queda do desemprego) e na formalização dos empregos da mão de obra, com a queda na pobreza absoluta” (POCHAMANN, 2013, p. 146).

Na mesma linha dos autores supracitados, Alves (2013) em sua coluna mensal em uma mídia social da editora Boitempo, também analisa os últimos dez anos de governos como pós-neoliberais.

Nossa hipótese é que nos últimos dez anos de Lula e Dilma tivemos governos pós-neoliberais propriamente ditos que adotaram programas de crescimento da economia com aumento do gasto público e redistribuição de renda. É nesse sentido mais incisivo da programática política que eles podem ser considerados governos pós-neoliberais distinguindo-se, por exemplo, dos governos neoliberais da década de 1990. Desprezar a particularidade da nova conformação política neodesenvolvimentista, reduzindo-a, no plano de governo, ao neoliberalismo, como faz a extrema esquerda, é não apreender as nuances da luta de classes e os tons de cinza da dominação burguesa no Brasil (ALVES, 2013).

### 3 NEODESENVOLVIMENTISMO<sup>3</sup> E GOVERNOS PÓS-NEOLIBERAIS

Recentemente, diferentes autores se lançaram na tarefa de conceituar a atual política econômica brasileira, dentre as expressões usadas, *Novo-Desenvolvimentismo* e *Neodesenvolvimentismo*. Dentre os autores estão: Aloísio Mercadante, Rodrigo Castelo, Giovanni Alves, Plínio de Arruda Sampaio Jr, Reinaldo Gonçalves, Bresser-Pereira, etc.

Iniciando por Alves (2013), que caracteriza enfaticamente o Neodesenvolvimentismo como um novo bloco histórico de hegemonia burguesa no Brasil. Na análise deste autor, na década de 2000, com a crise do modelo de desenvolvimento neoliberal, o projeto de desenvolvimento burguês conduzido pela aliança política PSDB-PFL (hoje, DEM) fracassa nas eleições de 2002. A eleição de Lula pelo PT significou a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento não mais orientado pelos parâmetros neoliberais. Mas o autor lembra que no primeiro governo Lula (2003 a 2006) os pilares da política econômica do Neoliberalismo forma mantidos visando acalmar a voracidade dos mercados financeiros.

O Brasil, polo mais desenvolvido das economias latino-americanas e elo mais forte do imperialismo no Cone Sul, o novo projeto burguês de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo denominou-se “neodesenvolvimentismo” cujo primeiro ciclo histórico ocorreu sob o governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2008). Foi o ciclo do lulismo que se impôs como novo modelo de desenvolvimento burguês – o neodesenvolvimentismo – tão somente na última metade da década de 2000. Consideraremos o neodesenvolvimentismo como um novo bloco histórico de hegemonia burguesa no Brasil sob a direção do grande capital organizado (ALVES, 2013).

---

<sup>3</sup>Ressalta-se que o Neodesenvolvimentismo possui raízes no desenvolvimentismo latino-americano, mas que neste artigo não será enfatizado. Para Gonçalves (2012, p. 651) “As raízes do pensamento desenvolvimentista no Brasil e no restante da América Latina — que enfatizam nacionalismo, intervencionismo e defesa da indústria — estão nas ideologias e políticas de desenvolvimento econômico. O nacional-desenvolvimentismo pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O nacional-desenvolvimentismo é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico. Na América Latina, o nacional-desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países, principalmente no período 1930-80”.



Considerando que o Neodesenvolvimentismo é um projeto burguês de desenvolvimento alternativo ao Neoliberalismo, indaga-se o que lhe diferencia visceralmente de seu antecessor? Alves (2013) aponta que o Estado no Neodesenvolvimentismo é um Estado investidor que privilegia a construção de grandes obras de infraestrutura destinadas a atenderem as demandas exigidas pelo grande capital, por exemplo.

A vertente do Estado investidor se manifesta, por exemplo, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que é a expressão de que o Estado joga um papel fundamental na indução do crescimento da economia do país (o que distingue efetivamente o projeto burguês desenvolvimentista do projeto burguês neoliberal). A disciplina fiscal e monetária deveria se colocar a serviço do crescimento rápido e sustentado da economia do país (ALVES, 2013).

Já para o economista Bresser-Pereira (2006), o novo-desenvolvimentismo seria, ao mesmo tempo um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional (neoliberal), e o conjunto de diagnósticos e ideias para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. Seria, assim, um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscariam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Para o autor, o antigo desenvolvimentismo não é uma teoria econômica que se baseia principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Gonçalves (2012) trabalha com uma hipótese diferente, a hipótese de que o novo desenvolvimentismo é apenas uma versão do liberalismo enraizado, que demonstra o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção estatal orientada para a estabilização macroeconômica.

Cabe destacar que o novo desenvolvimentismo assenta-se em algumas diretrizes do liberalismo econômico: baixa propensão a políticas setoriais, liberalização comercial, ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto, minimização da função alocativa do Estado (investimento, políticas setoriais e planejamento), incorporação da função distributiva do Estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda mas ignora a distribuição de riqueza); defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e de governo (função reguladora do Estado) e grande

ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal) (GONÇALVES, 2012, p. 661-662).

Sobre esta última diretriz “grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal)”, parece ser a mais valorizada para este ano, como foi possível observar no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2015. A meta de superávit primário ficou em torno de R\$ 143,3 bilhões, com redução dos gastos sociais em todas as áreas. Ainda segundo o PLDO, os esforços para a Consolidação Fiscal serão: I- aumento das receitas decorrentes do PIB; II- controle da despesa e qualidade dos gastos e III- redução dos estímulos: subsídios e desoneração. Estes esforços objetivam I- fortalecimento dos fundamentos com redução da dívida pública; II- aumento da confiança e III- contribuição para ancorar expectativas inflacionárias. A seguir o gráfico (Imagem 3) fornecido pelo Banco Central do Brasil e Ministério da Fazenda mostra a valorização da diretriz citada por Gonçalves (2012).

Alves (2013) apesar de reconhecer os governos Lula e Dilma como governos pós-neoliberais, protagonistas do projeto Neodesenvolvimentista no Brasil, destaca que existe uma preservação e manutenção do Estado Neoliberal, uma vez que, estes governos não conseguem romper com o chamado “círculo de ferro” do pagamento de juros e amortização da dívida pública subordinada aos interesses do capital financeiro. (ver imagem 1). Eis um dos limites do Neodesenvolvimentismo no Brasil.

#### **4 LIMITES DO NEODESENVOLVIMENTISMO**

O mal-estar nas contas do ano de 2014 e a política de austeridade econômica adotada pelo governo brasileiro no início de 2015 podem estar sinalizando os limites do Neodesenvolvimentismo. A opção clara pela subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação. Em detrimento da ampliação em investimentos nas áreas de saúde, educação, habitação, assistência social, etc. os governos chamados pós-neoliberais continuaram a destinar grande parte do fundo público para pagamento da dívida pública. No livro *Financeirização, Fundo público e Política Social*, organizado por Sara Granemann, Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Evilasio (2012), os autores analisam a atuação dos governos brasileiros na última década.

No Brasil, e em outros países da América Latina, mesmo os governos de tendência ‘centro-esquerda’ eleitos na última década, vêm realizando políticas macroeconômicas baseadas em tendências como destinação do fundo público para pagamento da dívida pública, manutenção de elevadas taxas de juros, carga tributária elevada e regressiva, redução ou não ampliação de recursos para as políticas sociais, contingenciamento de gastos sociais, congelamento de salários no setor público, prioridade para as metas de ‘superávit primário’ e controle da “inflação”, realização de reformas de caráter neoliberal com redução de direitos da previdência social e privatizações, além de ausência de controle de capitais (BOSCHETTI, 2012, p. 33).

No plano econômico, o país, além de fadado a “servidão financeira” desde as décadas de 1990 vê seu retorno à “vocação agrícola”.Pereira (2012) faz uma análise crítica a respeito da condi o do setor produtivo da frente neodesenvolvimentista no Brasil.

Nesse mister, o país, a par de servir, desde os anos 1990, de plataforma emergente de valoriza o financeira internacional, graças   ado o de políticas de ‘securitiza o da d vida externa, de internacionaliza o do mercado de títulos públicos e abertura dos fluxos internacionais de capital’ (Paulani, 2010, p. 133), tem voltado a explorar suas reservas minerais e vegetais; a praticar o agronegócio; a exportar commodities e a reciclar a sua dependência externa, que, agora, deixa de ser tecnológica, ‘t pica da acumula o industrial’, para ser financeira, ‘t pica do capitalismo rentista’ (Idem, p. 133-34). Ou seja, além de o país voltar a sua antiga condi o de produtor e exportador de bens primários, ou a sua voca o agrícola, ele se v  submetido ao que vem sendo denominado ‘servidão financeira’. (PEREIRA, 2012, p. 724).

A mesma autora analisa a conjuntura mundial e brasileira da política social e, prevê um período sombrio. A autora elenca algumas tendências como: a) a *direitiza o da política social* – para a autora o Brasil vive sob o império de políticas sociais de (ultra) direita. b) a monetariza o da política social, uma vez que esta não mais visa concretizar direitos sociais, mas fortalecer o mérito individual; c) a *laboriza o precária da política social*, visto que a principal responsabilidade desta, principalmente da assistência,   a de ativar os demandantes da prote o social para o trabalho; d) a descidadaniza o da política social, porque a maior parte do trabalho oferecido pela  tica da autorresponsabiliza o dos pobres pelo seu próprio sustento e bem-estar   dissociada da cidadania (PEREIRA, 2012); a autora finaliza com uma característica predominante em diferentes períodos do desenvolvimentismo *  lAbrasileira*.

Por fim, uma recorrente e flagrante tendência que sustentou a utopia desenvolvimentista brasileira em seus diferentes períodos, inclusive no dos governos pós-ditadura militar, foi a que se operou (e continua operando) à margem da participação social. Para Paulani (2010), nesse processo, sempre houve uma relação estreita entre poder e dinheiro e, como tal, uma marcante discricionariedade dos governos, que abusaram da decretação de uma espécie de “estado de emergência econômica” para poderem agir em regime de exceção diante de problemas que, segundo eles, levariam o país ao precipício (PEREIRA, 2012, p. 749).

No plano social, Alves (2013), relembra as chamadas *jornadas de junho de 2013*, que movimentou as ruas por reformas sociais. O autor entende que os governos pós-neoliberais são reféns de suas próprias contradições, uma vez que, são constrangidos pelo Estado neoliberal, e faz uma crítica contundente [...] “e sendo ele próprio artífice do ornitorrinco político (a frente política do neodesenvolvimentismo), proclama, como palavra de ordem, a Reforma Política visando desatar o nó gordão da governabilidade espúria” (ALVES, 2013).

Diante do discurso dos porta-vozes do mercado financeiro de que a austeridade fiscal e monetária é a única via para resolver os problemas do Brasil, um grupo de 1.333 (um mil trezentos e trinta e três) economistas brasileiros, dentre eles, Marcio Pochmann, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Sicsú, Jorge Mattoso, dentre outros, assinaram ainda no ano de 2014, o Manifesto dos Economistas pelo Desenvolvimento e pela Inclusão Social (MEDIS). Neste manifesto, os economistas avaliam a austeridade nos países desenvolvidos agravou a recessão, o desemprego, a desigualdade e problema fiscal. No Brasil, por sua vez, “[...] a apreciação cambial estimulada por juros reais altos aumenta o risco de recessão, ao acentuar a avalanche de importações que contribui para nosso baixo crescimento”. (MEDIS, 2014, p. 01). A partir da análise político-econômica os economistas se mostram preocupados com a possibilidade de recessão e a insuficiência de recursos públicos para as políticas sociais demandadas pela classe trabalhadora brasileira.

Subscrevemos que este tipo de austeridade é inócuo para retomar o crescimento e para combater a inflação em uma economia que sofre a ameaça de recessão prolongada e não a expectativa de sobreaquecimento. O reforço da austeridade fiscal e monetária deprimiria o consumo das famílias e os investimentos privados, levando a um círculo vicioso de desaceleração ou mesmo queda na arrecadação tributária, menor crescimento econômico e maior carga da dívida pública líquida na renda nacional.[...] Tampouco compreendemos o argumento que associa a inflação ao gasto público representado por desonerações que reduzem custos tributários e subsídios creditícios que reduzem custos financeiros.

(MANIFESTO DOS ECONOMISTAS PELO DESENVOLVIMENTO E PELA INCLUSÃO SOCIAL, 2014).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do exame de densos estudos de autores com posicionamentos diferentes a respeito dos Governos pós-neoliberais e Neodesenvolvimentismo no Brasil, concorda-se com aqueles que acreditam que os governos Lula e Dilma, apresentam sim diferenças em comparação aos governos neoliberais de Collor a Fernando Henrique Cardoso. A principal diferença foi demonstrada por Chaui (2013) e Pochmann (2013) no item 2 do trabalho. Os avanços importantes nos indicadores sociais e o aumento do número do emprego formal não podem ser negados. No entanto, com muitas ressalvas.

Evidentemente, não está nem nos objetivos mais remotos do neodesenvolvimentismo o rompimento com a ordem do capital. Um dos principais objetivos é combater a pobreza combinado com o crescimento econômico, através dos programas de transferência de renda e, conseqüentemente, da ampliação do mercado interno de consumo. Mas como aponta Potyara Pereira (2012) no item 4, as políticas sociais, em especial, as políticas de transferência de renda, sofrem o processo de monetarização, de “laborização precária da política social” e “descindadanização”. Diante destas constatações, indaga-se como é possível alcançar os objetivos de desenvolvimento do Brasil? Que tipo de desenvolvimento seria possível nessas condições?

As respostas vão ficando mais claras no desenvolver do projeto político do segundo mandato do governo Dilma Rousseff. Em 2014, o Brasil protagonizou um pleito eleitoral pela disputa de dois projetos societários, ganhou o que mais se alinhava a classe trabalhadora. No entanto, o presidencialismo de coalizão foi mostrando que a governabilidade custa caro, custa até mesmo plataformas políticas inteiras. Além do pleito presidencial, o país também escolheu os representantes da câmara e do senado, que por sinal, pouco representa os interesses de desenvolvimento social do Brasil, pelo contrário, representam o conservadorismo político, os interesses dos oligopólios privados, do agronegócio e do capital financeiro de forma geral. Como um golpe final, no início do mês de fevereiro de 2015, um parlamentar alinhado aos setores mais conservadores da política brasileira foi eleito o presidente da Câmara, ao mesmo tempo

aliado e opositor do governo Dilma, angariou votos com a promessa de não facilitar o projeto governista.

O ano de 2015 parece ser o final da linha para a frente neodesenvolvimentista no Brasil, os avanços importantes alcançados a partir do segundo governo de Lula e do primeiro governo Dilma parecem estar com dias contados, a começar pela perda dos investimentos sociais já confirmadas pela equipe econômica no início do ano. Diante da conjuntura, concorda-se com o grupo de economistas que assinaram o Manifesto, pois se acredita que as medidas adotadas poderiam ser diferentes, a opção poderia ser, por exemplo, pela auditoria da dívida pública, uma demanda dos movimentos sociais. Nesses tempos difíceis, entende-se que apenas a organização e mobilização da classe trabalhadora poderia mudar o rumo dos projetos de desenvolvimento para o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Neodesenvolvimentismo e Estado Neoliberal no Brasil**. 2 jan. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte I**. 20 maio 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir e Gentile, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

BARBOSA, Nelson. Discurso de Posse ao assumir o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil. 2 jan. 2015. Disponível em <<http://www.slideshare.net/fullscreen/BlogDoPlanalto/pronunciamento-nelson-barbosa/1>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. In: América Latina, política social e pobreza: “novo modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, E. et al. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Decreto n. 8.389, de 7 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2015. **Diário Oficial da União**, n. 5, quinta-feira, 8 jan. 2015. Disponível em:

<[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Decretos/2015/150108\\_Decreto\\_8389.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Decretos/2015/150108_Decreto_8389.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e A ortodoxia convencional. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.3.Novo\\_Desenvolv-SEADE.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.3.Novo_Desenvolv-SEADE.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2015.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.112, out./dez. 2012.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: Emir Sader (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FAGNANI, Eduardo. **A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Campinas: IE/UNICAMP, jun. 2011. ( Texto para Discussão, n. 192).

FÓRUM BRASIL DO ORÇAMENTO. Cadernos para Discussão: SUPERÁVIT PRIMÁRIO. ago. 2004. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/outros-super%C3%A1vit-prim%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. **Neoliberalismo y sectores** (p. 179-206).dominantes. Disponível em: <<http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.

LEAL, Suely M R. A outra face da crise do Estado de Bem-Estar Social: neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, , n. 13, 1990.

MANIFESTO DOS ECONOMISTAS PELO DESENVOLVIMENTO E PELA INCLUSÃO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Manifesto-dos-economistas-pelo-desenvolvimento-e-pela-inclusao-social/7/32180>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

PEREIRA, Potyara A. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.

POCHMANN, Márcio. Políticas Públicas e Situação Social na Primeira Década do Século XXI. In: Emir Sader (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** In: Emir Sader (org.). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.